

### Estado do Rio Grande do Sul Município de Dilermando de Aguiar Poder Executivo

DECRETO EXECUTIVO №. 0084/2021 de 15 de junho de 2021.

PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL (Lei Municipal n° 191/2001) Período: De 15/06/2021 a 15/07/2021. Local: Mural da Prefeitura.

> Miguel Taschetto Eggres Diretor de TI e Legislação

Atualiza o Plano de Ação e o Plano Regional de Distanciamento Controlado Modelo 3AS, estabelecido pela Associação dos Municípios da Região Centro AMCENTRO — Região Covid R01 e R02 e dá outras providências.

ANAMARIA LIMA DE LIMA, Prefeita Municipal em Exercício de Dilermando de Aguiar-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e CONSIDERANDO:

- O Decreto Estadual nº. 55.882 de 15 de maio de 2021, que institui o sistema de avisos, alertas e ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19, no âmbito do Estado.
- O Decreto Executivo Municipal nº 072 de 18 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Município de Dilermando de Aguiar/RS, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território municipal;
- O Estado de alerta emitido pelo Governo do Estado para a Região Centro do Estado do Rio Grande do Sul Região Covid RO1 e RO2;
- A elaboração por parte do Comitê Técnico formado pela Associação dos Municípios da Região Central do Plano de Ação Regional remetido e acolhido pelo Comitê de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 15 do Decreto Estadual nº 55.882, de 15 de maio de 2021, bem como sua atualização datada de 11 de junho de 2021;
- A preocupação com o atual cenário pandêmico e a necessidade de informar a sociedade e os veículos de comunicação com clareza e transparência e, ainda, a manifestação exarada por meio do Ofício nº 998/2021 (PRM-SM-RS-00004505/2021) de 11 de junho de 2021, subscrito pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Publica do Estado do Rio Grande do Sul e Poder Judiciário Federal em Santa Maria RS;
- A necessidade de atuação urgente para conter o expressivo aumento do número de casos ativos de Covid-19, bem como o aumento das internações e a superlotação dos hospitais na Região Centro do Estado do Rio Grande do Sul Região Covid R01 e R02;
- A orientação técnica da Associação dos Municípios da Região Central do Estado AMCENTRO, expedida por meio do Comitê Técnico Regional, em de 14 de junho de 2021
- O memorando n° 090/SMS com parecer técnico do Comitê Municipal de Combate ao COVID, de 28 de maio de 2021;



### Estado do Rio Grande do Sul Município de Dilermando de Aguiar Poder Executivo

### DECRETA:

Art. 1º. Atualiza o Plano de Ação e o Plano Regional de Distanciamento Controlado – Modelo 3As elaborado pela Associação dos Municípios da Região Centro – AMCENTRO – Região Covid R01 e R02, recepcionado por meio do Decreto Executivo Municipal 0076/2021 de 29 de maio de 2021, de acordo com as últimas modificações do Comitê Técnico Regional de 11 de junho de 2021, bem como em atenção à Nota Técnica da AMCENTRO de 14 de junho de 2021 – Anexa I.

Art. 2º. As atividades econômicas de comércio e serviços deverão obedecer aos protocolos do Plano de Ação e do Plano Regional de Distanciamento Controlado Modelos 3As, e atualizações, estabelecidos pela Associação dos Municípios da Região Centro – AMCENTRO – Região Covid RO1 e RO2, os quais são parte integrantes deste decreto (Anexo II e III)

Art. 3º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município, bem como por orientação do Comitê Técnico Regional da Associação dos Municípios da Região Centro – AMCENTRO – Região Covid R01 e R02.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de 15 de junho de 2021 e tem vigência enquanto perdurar o estado de alerta emitido pelo Governo do Estado para Região Covid R01 e R02.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 15 (quinze) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um.

Registre e publique-se.

Luiz Carlos Wagner

Secretário de Administração e Fazenda

Anamaria Lima de Lima Prefeita Municipal em Exercício

Anamaria Lima de Lima Prereita em exercício Pref. Dilermando de Aguiar/RS

### PLANO DE AÇÃO DA REGIÃO Covid-19: R01 E R02 Última atualização: 11/06/2021

PLANO MUNICIPAL DE VACINAÇÃO CONTRA COVID-19	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE MUNICÍPIOS	AÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde	Comitê Técnico Regional	RESPONSÁVEL (nome/órgão)
Logística de vacinação: em locais (drive-thrus, unidade de saúde) dias (final de semana, feriado, dia útil) e horários variados (mais de um turno)  Logística de registro de doses aplicadas: organizar equipes para realizar o registro das doses aplicadas após as vacinações Logística de comunicação: divulgar a importância da vacinação e toda a logística do município para esta ação	Reunião virtual entre os responsáveis pelo abastecimento de dados dos Municípios e Sec. Municípais de Saúde e Comitê Técnico Regional	O Q∪E (definição da ação)
Vacinas, insumos, freezer, equipe técnica capacitada, rede de informática e comunicação Equipe em número, capacidades necessárias	Internet, Plataforma de videoconferência, Recursos Humanos para analisar os dados	RECURSOS necessários
Seguir rigorosamente o PNI – Plano Nacional de Vacinação e as Pactuações Estaduais / CIB	Ações coordenadas entre municípios de uma mesma Região com responsáveis pelos dados de Enfrentamento a COVID-19 como mecanismo de análise fortalecido, propagação de informações e reforço das ações propostas no Plano de Ação	RESULTADO ESPERADO
Será fundamental nessa ação a comunicação orientativa sobre quando e onde vacinar, e a importância da segunda dose;  Ações de comunicação orientativa: importância de completar o esquema vacinal da COVID-19 e divulgação da logística dos pontos de vacinação (locais e horários)	Reuniões sistematizadas, para a elaboração e monitoramento do Plano de Ação.	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
-Controle do estoque de vacina -Número de doses aplicadas e registradas -Número de pessoas com o esquema vacinal completo;	-Municípios da mesma regiãoOcupação e sobrecarregamento de serviços de saúde; -Número de casos confirmados para COVID-19; -Número de pessoas com o esquema vacinal completo;	MÉTRICAS para acompanhar e avallar a ação

AMPLIAÇÃO DA TESTAGEM	CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE TESTAGEM	ATENÇÃO MÉDICO- HOSPITALAR	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	POLÍTICA DE TESTES E RASTREAMENTO DE CONTATOS	AÇÃO
Gestores municipais e Comitês Municipais de Enfrentamento a COVID-19	Equipe de comunicação da Prefeitura	Secretaria Estadual de Saúde	Gestor da atenção primária	Secretarias de Saúde	(nome/órgão)
Ofertar mais de acordo com a demanda	Divulgação diária de materiais orientativos e educacionais	Atendimento hospitalar (leitos covid, UTI) médico ambulatorial a todos os pacientes de C-19	Atendimento médico ambulatorial a toda a população sobre casos suspeitos ou confirmados de C-19	Equipe de monitoramento dos contatos de pessoas com teste positivo para COVID-19 para analisar as situações e orientar (quem precisa realizar o teste, qual e quando);	O QUE (definição da ação)
	Equipe de pessoas Redes de computador Redes de rádio e televisão	Infraestrutura, pessoal, fármacos insumos, EPIs Profissionais, equipamentos e estrutura adequada	Infraestrutura, pessoal, fármacos insumos, EPIs Profissionais, equipamentos e estrutura adequada	-Testes de antígeno/PCR -Recursos Humanos	RECURSOS necessários
Maior oferta de testes pelo SUS disponibilizados ao público, incluindo testagem rápida (swab nasal) além de PCR	Maior adesão da população aos testes: campanhas orientativas sobre como, quando e onde testar;	Atendimento hospitalar e ambulatorial com toda a equipe de saúde necessária aos pacientes com resultado positivo para COVID-19;	-Atendimento em serviços de saúde dos casos suspeitos ou confirmados para COVID-19 e disponibilização de medicamentos conforme a necessidade avaliada e prescrição	Criação de uma política local de testes clara e orientativa sobre a testagem de contatos com fluxos definidos;	RESULTADO ESPERADO
				Manter as Vigilâncias Sanitárias e envolvimento dos COEs, no caso de instituições de ensino.	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
-Realização e resultado de testes de antígenos/PCR	-Testes realizados após a orientação -Realização e resultado de testes de antígenos/PCR	-Ocupação e sobrecarregamento de serviços de saúde; -Identificação de pessoas tratadas da COVID-19	-Número de atendimentos diários/profissional -Horários expandidos de acordo com a necessidade.	-Identificação e orientação para todos os contatos próximos de pessoas positivas para COVID-19 nos últimos 5 dias -Realização e resultado de testes de antígenos/PCR	MÉTRICAS para acompanhar e avaliar a ação

FISCALIZAÇÃO PUNITIVA	FISCALIZAÇÃO ORIENTATIVA	CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO	EDUCAÇÃO EM SAÚDE	AÇÃO
Vigilância Sanitária, Polícias locais	Dep: Vigilância Sanitária	Equipe de Comunicação	Vigilância, Comunicação, Sec. Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social	RESPONSÁVEL (nome/órgão)
Sanções administrativas ou civis sobre o não cumprimento das medidas determinadas tais	Fiscalizar com o objetivo de orientar	Divulgação de materiais orientativos diários através de cartazes, vídeos, imprensa, redes sociais entre outros,	Plano de funcionamento de escolas nos municípios (turnos de revezamento, medidas sanitárias, etc)	L O QUE (definição da ação)
Protocolos estabelecidos e compartilhados entre fiscais Canal Denúncia Recursos Humanos	Materiais orientativos para divulgação. Funcionários e veículos dos Municípios.		Equipe de pessoas Redes de computador Material de divulgação (digital, físico, áudio etc)	RECURSOS necessários
Fiscalizar a correta implementação das determinações legais e dos protocolos sanitários: uso correto de máscara, distanciamento e lotação	Orientar a sociedade em relação aos protocolos sanitários, medidas de proteção individual e cuidados com os ambientes (higiene, ventilação, etc): lotação máxima, controle de aglomeração, uso correto de máscara, distanciamento físico.	Promoção de mensagens sobre prevenção, controle e tratamento da Covid-19 nos espaços públicos, rádio, televisão, mídias sociais, whatsapp, etc. (número de telefones úteis)	Pessoas orientadas sobre promoção da saúde e medidas individuais e coletivas preventivas de adoecimento pelo vírus SARS-CoV2 tais como: hábitos de vida saudáveis, nutrição, higiene da casa e dos alimentos, protocolos sanitários: uso correto de máscara, distanciamento físico, ventilação, higienização, busca ativa de casos, afastamento em caso suspeito (incluindo como, quando e onde testar).	RESULTADO ESPERADO
Realização de força tarefa das equipes de fiscalização	Fiscalizar transporte público de passageiros Controle de espaços de acesso geral	Envolver associações de bairros, sindicatos, lideranças religiosas, e outras	Especial orientação sobre o isolamento familiar Educar para os determinantes sociais da saúde, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável Público alvo: estudantes, professores, funcionários de escolas trabalhadores do setor saúde, indústrias e outro setores econômicos e sociais, associações de bairros etc.,	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
-Sanções emitidas quando não houver o cumprimento das medidas estabelecidas pelo município -Diminuição de pessoas descumprindo os protocolos locais -Diminuição de transmissão de cominuição de cominuiçã	- Nº de locais fiscalizados / Orientados.	-Materiais divulgados -Alcance das mídias disponibilizadas	co.	MÉTRICAS  para acompanhar e avaliar a acão

sistema3as.rs.gov.br

MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	RESTRIÇÕES REFERENTES AO PLANO REGIONAL		AÇÃO
Município	Município através da adoção via Decreto Municipal do Plano de Ação		RESPONSÁVEL (nome/órgão)
-Analisar se os protocolos são adequados para a realidade local sempre que possível -Adaptação de medidas sanitárias conforme a realidade local	Medidas segmentadas mais restritivas, referentes aos Protocolos de Atividade, conforme o Anexo1 deste Plano de Ação.	como: abertura ou fechamento de atividades, horários de funcionamento, número de pessoas, protocolo sanitário e outras (vide Fiscalização Orientativa)	O QUE (definição da ação)
Servidores Municipais	Equipe de Fiscalização. (recursos humanos e veículos)	para fiscalização	RECURSOS necessários
Ações descritas do protocolo implantadas na prática	Fiscalizar o cumprimento das medidas segmentadas mais restritivas, com o objetivo de diminuir a propagação do vírus.	máxima, ventilação, higiene, aglomeração.	RESULTADO ESPERADO
	Conscientização da população com relação a estas medidas mais restritivas, através das redes sociais e imprensa.		COMENTÁRIOS ADICIONAIS
-Pessoas cumprindo as medidas sanitárias em todos os locais da cidade -Ocupação e sobrecarregamento de serviços de saúde; -Número de casos confirmados para COVID-19; -Número de pessoas com o esquema vacinal completo:	Fiscalização efetiva	para acompanhar e avallar a ação COVID-19 em locais que não cumprem os protocolos mínimos	MÉTRICAS



### NOTA TÉCNICA

Santa Maria, 14 de junho de 2021

CONSIDERANDO as preocupações com o atual cenário pandêmico e a necessidade de informar a sociedade e os veículos de comunicação com clareza a transparência e, ainda, a manifestação exarada através do Oficio nº 998/2021 (PRM-SMA-RS-00004505/2021), subscrito pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e Poder Judiciário Federal em Santa Maria/RS,

A Associação dos Municípios da Região Central do Estado – AMCENTRO, através do Comitê Técnico Regional da Região de Santa Maria - R01 R02, estruturado na forma do art. 16, II, do Decreto Estadual nº 55.882, em atenção ao dever de responsabilidade pelo monitoramento da evolução da pandemia de COVID-19 na região, vem por meio desta Nota informar que:

Compartilha, verdadeiramente, da preocupação manifestada com a suficiência, efetividade e tempestividade das medidas adotadas pela região para enfrentar a gravidade do atual cenário pandêmico loco-regional, informando que foi apresentada reformulação Plano de Ação Regional em 11/06/21, com adoção das sugestões trazidas no Ofício nº 261-9/2021/RO/AJ/GG/RS e em seu Parecer Técnico anexo, no sentido de maior restrição às atividades de alto risco. As referidas alterações e restrições entraram em vigor hoje, 14/06/21, e são de observância obrigatória a todos os municípios da região.

Ressalta-se que o Sistema 3As de Monitoramento, implementado pelo Decreto Estadual nº 55.882, de 15/5/2021, apresenta desafios inéditos à estrutura administrativa e de pessoal dos Municípios da Região, ao atribuir maior responsabilidade e autonomia regional na definição e execução de medidas, sobretudo quanto aos protocolos de atividades variáveis. Trata-se de sistema





recente, com menos de um mês de vigência, e que atravessa processo de adaptação do novo padrão de sintonia e comunicação entre as administrações públicas municipais e estadual.

É imprescindível salientar, contudo, que a nova sistemática é fruto de deliberação e imposição estadual, não possuindo a região ou os municípios ingerência quanto ao modelo adotado, tampouco quanto ao didatismo do Sistema 3As frente à sociedade civil. Com efeito, a autonomia regional atribuída é limitada, uma vez que as atividades essenciais não podem sofrer nenhuma restrição e os Planos de Ação são submetidos à análise imediata pelo GT Saúde e Gabinete de Crise do Estado.

Não obstante, a Região, através deste Comitê Técnico, tem despedido esforços contínuos, dentro de suas possibilidades, para evoluir e aperfeiçoar a gestão de dados e as indicações de possíveis restrições aos protocolos de atividades variáveis em âmbito local pelos municípios.

Salienta-se, exemplificativamente, um sistema próprio de coleta e tratamento de dados na região, já em fase de implementação, e que permitirá uma avaliação ainda mais precisa da evolução da pandemia pelo Comitê, além de subsidiar a sociedade com informações e indicadores com maior agilidade e rigor científico.

Atenciosamente

Prefeito Matione Sonego Vice presidente AMCENTRO

Coord. Comitê Técnico Regional



Santa Maria, 11 de junho de 2021.

### Anexo 01/ Plano Ação Região R01 e R02

Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19 Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Através de deliberação do Comitê Técnico Regional da Região Covid R01 e R02, informamos a seguinte **atualização** do **PLANO DE AÇÃO**, com as medidas restritivas que devem ser adotadas por todos os municípios da região a partir da presente data:

- 1. Comércio em geral até às 21h, de segunda a sábado (não essencial);
- 2. Bares e Restaurantes entrada do público no ambiente até às 22h, encerrando o atendimento ao público às 23h (sem música ao vivo ou qualquer som eletrônico); até o dia 13 de junho/2021. A partir do dia 14 de junho: entrada do público no ambiente até às 21h, encerrando o atendimento ao público às 23h (sem música ao vivo ou qualquer som eletrônico); e o limite de 4 (quatro) pessoas por mesa.
- 3. Grupo de Atividades: Cultura, Esporte e Lazer Atividade: Eventos infantis, sociais e de entretenimento em buffets, casas de festas, casas de shows, casas noturnas, restaurantes, bares e similares CNAE: 82, 90, 91, 92, 93 eventos em ambiente fechado ou aberto, com lotação de até no máximo 30 (trinta) pessoas; com lotação máxima do ambiente limitada em 25% do PPCI e/ou alvará de funcionamento respeitando o teto de até 30 pessoas.
- Grupo de Atividades: Cultura, Esporte e Lazer Atividade: Atividades físicas em academias, clubes, centros de treinamento, piscinas, quadras e similares – CNAE: 96 até às 22h, de segunda a sábado;
- Grupo de Atividades: Cultura, Esporte e Lazer Atividade: Demais Eventos não especificados, em ambiente aberto ou fechado – CNAE: 82, 90, 91, 92, 93 – inclusive rodeios e atividades afins. – VEDADO;
- Grupo de Atividades: Administração e Serviços Atividade: Feiras e Exposições Corporativas, Convenções, Congressos e similares – CNAE: 82 – VEDADO;
- 7. **Demais atividades**: devem ser observadas as disposições estabelecidas no Plano Regional de Distanciamento Controlado Modelo 3As Região Santa Maria R01 e R02. Ressaltamos que os Comitês Técnicos Municipais têm autonomia para avaliar e recomendar ao gestor municipal, a qualquer tempo, a adoção de medidas mais restritivas;

Atenciosamente,

Jocelvio Sonçalves Cardoso Comitê Técnico Regional